

# PROCESSOS FORMATIVOS: IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUPERIOR

Ludimar Pegoraro – UNIPLAC/UNIARP  
Airton Carlos Batistela – UNIPLAC

Eixo temático: Organização e Gestão da Educação superior

## RESUMO

Este texto discute a formação profissional em nível superior, tendo por fundamento o desenvolvimento da consciência crítica e a responsabilidade pública dos conhecimentos e das práticas nela envolvida. Faz apontamentos relacionando instituições formativas e finalidades dos saberes, partindo da compreensão de que o desenvolvimento de alguns conhecimentos, no processo, pode ser decisivo na constituição de novos direcionamentos sociais. Analisa a formação profissional, compreendendo-a como resultado de conhecimentos científico-tecnológicos e científico-sociais, nesse particular destaca a Ética e a Sociologia entranhados no pensamento filosófico.

**Palavras-chave:** Formação profissional superior. Compromisso social da universidade. Responsabilidade profissional social.

## 1. INTRODUÇÃO

A prova de uma política progressista não é privada, mas sim pública. A prioridade não é o aumento do lucro e do consumo, mas sim a ampliação das oportunidades e, como diz Amartya Sen, das capacidades de todos por meio da ação coletiva. Isso significa iniciativa pública não baseada na busca de lucro. Decisões públicas dirigidas a melhorias sociais coletivas com as quais todos sairiam ganhando. Esta é a base de uma política progressista, não a maximização do crescimento econômico e da riqueza pessoal.

Eric Hobsbawm

Estamos no início da segunda década do Século XXI e vivemos um tempo em que a idéia básica que dominou a economia e a política no final século passado e início deste, sofreu uma derrocada, porém ainda não aprendemos a viver neste século, como afirma Eric Hobsbawm (2009), “não conhecemos a gravidade e a duração da atual crise, mas sem dúvida ela vai marcar o final do tipo de capitalismo de livre mercado iniciado com Margareth Thatcher e Ronald Reagan”, no princípio dos anos de 1980. Esse modelo de sociedade de mercado transformou a vida de grande parte dos seres humanos em constantes situações de preocupação e de sofrimento. Produziu a impressão de que não teríamos mais como projetar o

futuro.

A educação, como aspecto essencial das sociedades contemporâneas, está vinculada ao destino do trabalho, porém vivemos num sistema que se apóia na separação entre capital e trabalho, que requer um enorme contingente de forças produtivas para manter as desigualdades nunca vistas na história. Nesse reino, onde “tudo se vende, tudo se compra”, a educação, também, foi mercantilizada, ela mesma se tornou uma mercadoria (SADER, 2005, p. 15-7).

Hoje, com a falência do modelo neoliberal, é preciso inverter essa lógica, pois, se é possível universalizar o trabalho, também pode ser possível universalizar a educação numa perspectiva emancipatória. Numa sociedade onde todos se tornam trabalhadores, conforme Mészáros (2005), “a ‘auto-educação de iguais’ e a ‘autogestão da ordem social reprodutiva’ não podem ser separadas uma da outra”, por isso, nosso maior desafio está em entender como funcionam. Um sistema educacional precisa, mais do que explicar como as coisas são, explicar como funcionam, desenvolvendo processos de interpretação dos fenômenos e criando uma outra consciência social (SANTOS, 2006).

Para analisarmos a questão, além da perspectiva pública de ampliação das oportunidades e capacidades, como alerta Hobsbawn, na epígrafe, é importante que o processo tenha como princípio o desenvolvimento de conhecimentos sócio-politicamente corretos ou responsáveis, preocupando-se, essencialmente, com as melhorias das condições coletivas e não só individuais. Portanto, torna-se relevante colocá-la num contexto, entendendo-a como parte de um sistema<sup>1</sup> e não a partir, apenas, de uma visão meramente pragmatista, mas, sobretudo, filosófica e ético-sociológica, como projeto de País.

Nesse texto abordaremos apenas o desenvolvimento da formação profissional através da educação superior no Brasil, para posteriormente, em publicações futuras, analisarmos, as implicações, nesse processo, da filosofia, da ética e da sociologia.

---

<sup>1</sup> “Embora o termo “sistema” seja de uso corrente em diferentes contextos, dando a impressão de que se trata de algo previamente dado que nós podemos identificar externamente, é preciso ter presente que o sistema não é um dado natural, mas é, sempre, um produto da ação humana. Se nós procedermos a uma análise da estrutura do homem, vamos concluir que a realidade humana se encontra demarcada pelo trinômio situação-liberdade-consciência” (SAVIANI, 2009).

## 2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL SUPERIOR

Não basta ensinar ao homem uma especialidade, porque se tornará assim uma máquina utilizável e não uma personalidade. É necessário que adquira um sentimento, um senso prático daquilo que vale a pena ser empreendido, daquilo que é belo, do que é moralmente correto. A não ser assim, ele se assemelhará, com seus conhecimentos profissionais, mais a um cão ensinado do que uma criatura harmoniosamente desenvolvida. Deve aprender a compreender as motivações dos homens, suas quimeras e suas angústias para determinar com exatidão seu lugar exato em relação a seus próximos e à comunidade.

Albert Einstein

Quando falamos de formação profissional superior ou, mais especificamente, de educação superior ou, ainda, ensino superior, referimo-nos a um conceito que se difundiu a partir da segunda metade do Século XX. Esta significação congrega termos como educação pós-secundária, terciária ou terceiro grau, que são representativos de estágios de aprendizagem. Para frequentar este nível de ensino, significa que a pessoa concluiu a educação primária e secundária ou fundamental e média que se dá entre 10 a 14 anos de escola. Esta estruturação pode variar de acordo com os sistemas nacionais de educação. Ao usar o termo “superior”, para Morosini (2006, p. 58-9), significa dizer que este “sugere uma qualidade específica, indicando que os estudantes aprenderam as principais regras e habilidades”, mas, mais do que isso, é que compreenderam, entenderam as teorias, métodos e o objeto do conhecimento acadêmico.

A formação profissional superior no Brasil nunca recebeu a devida atenção. Ficou sempre em segundo plano. É possível que esta seja uma das causas das inaceitáveis desigualdades sociais existentes. Nossos índices educacionais, comparados a outros países, ainda são baixos e não são raras as vezes em que o país aparece, nos dados estatísticos mundiais, com um alto déficit educacional. Isso, ao nosso ver, está relacionado com o processo histórico da nação, por isso, como parte instituinte do processo formativo, faremos uma breve abordagem sobre a educação superior nacional, para entendermos como chegamos ao modelo e condição que temos hoje.

Quando falamos da educação superior no Brasil, é preciso considerar que sua estruturação na sociedade não acontece de forma diferenciada da de outras políticas. Se nas colonizações espanholas as universidades foram implantadas no primeiro século da descoberta da América, na colonização portuguesa aconteceu de outra maneira, “os estudantes daqui tinham de se deslocar até a metrópole para se graduarem” (OLIVEN, 1990, p. 59). As

primeiras faculdades brasileiras<sup>2</sup> só foram instaladas a partir da vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808. Para Sampaio (2000, p. 40), estas instituições eram marcadas por duas características principais que predominaram no processo de desenvolvimento da educação: a orientação para a formação profissional e o controle do Estado sobre o sistema.

Enquanto política de Estado, será somente no final do Império e com a instauração da República, que se delinearam os traços de um sistema educacional. Para Freitag (1980, p. 48-49), esta política é fruto do próprio fortalecimento do Estado sob a forma de sociedade política. Até então, a política educacional era feita quase que exclusivamente pela Igreja, no âmbito da sociedade civil. Foi neste período que ocorreu um crescimento significativo de Escolas Superiores isoladas, assim como se multiplicaram as tentativas de criação das primeiras Universidades.

Conforme Romanelli (1989), a organização da formação superior no Brasil, baseada em Universidade, na forma como observamos hoje, e por determinação do Governo Federal, só aconteceu a partir de 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro. Posteriormente, foi criada, em 1927, a Universidade de Minas Gerais. Só após a instituição do Estatuto das Universidades Brasileiras,<sup>3</sup> em 1931, é que outras Universidades surgiram. Destacamos, como uma das mais importantes, criada e organizada segundo as normas dos Estatutos, a Universidade de São Paulo (USP), em 25 de janeiro de 1934. A USP estava intimamente ligada aos acontecimentos político-militares que marcaram o início da década de 1930. De acordo com Fagundes (1993), o seu maior objetivo era recompor o poder de São Paulo que havia sido derrotado em 1930. Assim, a Universidade foi concebida como a geradora da ciência e formadora das elites para retomar a hegemonia. Os fundadores da USP são declaradamente liberais e não pensam a educação para elevar as massas. Fernando de Azevedo, um dos fundadores, dizia: “Ou nós educamos o povo para que dele surjam as elites, ou formamos as elites para compreender a necessidade de educar o povo”. A opção foi pela segunda alternativa.

Em 1935, Anísio Teixeira criou a Universidade do Distrito Federal que, mais tarde, no Ministério da Educação e Saúde de Gustavo Capanema,<sup>4</sup> incorpora-se à Universidade do

---

<sup>2</sup> Os primeiros cursos oferecidos atendiam as áreas de Medicina, Direito e Politécnicas.

<sup>3</sup> Análise do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, Estatuto das Universidades Brasileiras, que instituiu o regime universitário e fixou os fins do ensino universitário no Brasil pode ser encontrado em: ROMANELLI, O. de O. **História da Educação Brasileira. (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 132-3.

<sup>4</sup> Gustavo Capanema foi Ministro da Educação e Saúde, de Getúlio Vargas, no período de 1934 a 1945.

Brasil.<sup>5</sup> Também, em 1935, foi criada a Universidade de Porto Alegre, a primeira a incluir em sua estrutura uma Faculdade de Estudos Econômicos. A partir de então, começaram a surgir universidades públicas e privadas por todo território nacional (ROMANELLI, 1989, p. 133).

Conforme Oliven (1990, p. 65), é marcante, na sociedade brasileira, a concepção de educação superior voltado para a formação de profissionais liberais:

A esperança de ter um filho “Doutor”, ou seja, um profissional liberal, esteve e está profundamente enraizada nas famílias da elite ou que aspirem pertencer a ela. Esse traço da nossa sociedade condicionou o desenvolvimento do sistema de ensino superior, desde a sua origem aos dias atuais, exerceu uma enorme influência em termos da demanda por educação superior.

Outro marco importante e estruturante do sistema nacional da formação profissional superior foi a Reforma Francisco Campos, em 1931, atingindo todos os níveis de educação e definindo, pela primeira vez, o formato legal ao qual as universidades, a serem organizadas, deveriam obedecer. A Reforma tinha uma forte tendência centralizadora, previa a regulamentação de toda a formação superior, tanto do setor público, quanto do privado, pelo governo central. Também definia como deveria ser a administração central das universidades, escolha de reitores, composição do corpo docente, cobrança de anuidades<sup>6</sup> e organização estudantil (SAMPAIO, 2000, p. 45).

Cabe salientar que a década de 1930 foi marcada por uma intensa disputa entre as elites católicas e laicas em relação ao controle sobre a educação, em especial sobre a formação profissional superior. Francisco Campos exerceu papel importante nesse conflito, no sentido de aproximar Getúlio Vargas e a Igreja Católica. Foi na área da educação que o pacto entre a Igreja Católica e o Estado se mostrou de forma mais clara, porém, impossibilitada de controlar a educação pública, a Igreja Católica cria suas próprias universidades na década de 1940.<sup>7</sup> Salienta Sampaio (2000, p. 48) que, embora a Igreja tenha buscado seus próprios caminhos na década de 1940, não rompeu totalmente com o Estado. A educação católica, no Brasil, esteve sempre *pari passu* ao setor público, especialmente na educação superior. Está na base desta relação a dependência financeira que as instituições

---

<sup>5</sup> Para Oliven (1990, p. 63), a Universidade do Brasil, instituída por Getúlio Vargas em 1937, constituiu-se no mais perfeito modelo de centralização autoritária ao nível do ensino superior brasileiro.

<sup>6</sup> Neste período, o ensino público não era, ainda, gratuito (SAMPAIO, 2000, p. 45).

<sup>7</sup> O Papa Pio XI investiu de poderes Dom Leme para concretizar o projeto da universidade católica no Brasil. Em 1940, Dom Leme delegou aos Jesuítas as funções de administrar e orientar pedagogicamente a futura instituição. [...]Essa universidade, similar a outras congêneres no mundo, passou a ser exemplo para a criação de outras universidades católicas no território nacional, introduzindo nos seus currículos a frequência ao curso superior de cultura religiosa (OLIVEN, 1990, p. 63).

católicas sempre pleitearam e, em alguns períodos, conseguiram manter com relação ao Estado.

Durante o período de 1945 a 1955, são criadas várias universidades federais, oriundas da união de institutos estaduais, federais e particulares. Também, neste período, são federalizadas várias instituições de educação superior. Só em 1950, por exemplo, foram federalizadas, além das universidades estaduais da Bahia, de Recife, Porto Alegre e Paraná, mais 24 faculdades isoladas, muitas delas privadas. Entre 1945 e 1964, percebe-se uma fase de integração da educação superior. Isso se deve, tanto à federalização de instituições de educação superior, quanto à criação de universidades através de vinculação administrativa de faculdades existentes. No final deste período, a educação superior estava organizada de forma predominantemente universitária, ou seja, 65% dos estudantes estavam matriculados em universidades (CUNHA, 1989).

Segundo Oliven (1990, p. 65-6), o sistema de educação superior sofria pressões, tanto da sociedade, como do próprio sistema educacional para se expandir. Estas pressões refletiam as transformações profundas pelas quais passava o País. Entre as transformações em movimento, destaca: consolidação da sociedade urbano-industrial através do processo de substituição de importações no âmbito de um projeto nacionalista. O crescimento médio anual das matrículas na educação superior passou de 2,4%, no período 1932/45, para 12,5% no período 1945/64. Com relação às pressões do próprio sistema educacional, o aumento de vagas no Ensino Médio e a “lei da equivalência”, que permitia aos egressos dos vários cursos técnicos prestarem vestibular para qualquer curso superior, foram forças que aumentaram a demanda pela educação superior. É relevante considerar que, se nos anos de 1950, os cursos oferecidos estavam voltados para a formação de profissionais liberais, após este período, final de 1950 a 1960, há uma predominância no oferecimento de cursos voltados para a formação de professores em faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Estas faculdades eram instaladas, em grande número, no interior dos estados.

Se até o início dos anos de 1960 foi possível perceber o crescimento das instituições de educação superior, após este período, até 1980, a expansão foi ainda maior. Se neste primeiro período, tendo em vista uma sociedade industrial e urbana, houve um fortalecimento do ensino público de grau médio que favoreceu a criação de uma clientela para a educação superior, agora, nos anos de 1960 até 1980, com o desenvolvimento das burocracias estatais e das empresas de grande porte, o diploma de curso superior passou a ser uma exigência, com maior frequência, do mercado de trabalho.

A LDB de 1961, também, foi um marco importante para a expansão da educação superior no Brasil. Diferente da reforma de 1931, esta não mais insistia que a educação superior fosse oferecida preferencialmente em instituições universitárias. Três órgãos ficaram responsáveis pela criação de novos cursos: as universidades, que gozavam de autonomia, os Conselhos Estaduais de Educação e o Conselho Federal de Educação.

Para Sampaio (2000, p. 57), é a partir de meados da década de 1960 que a expansão do sistema de educação superior adquire novas características. Com a possibilidade de abertura de novos cursos, em vinte anos, 1960 até 1980, o número total de matrículas na educação superior passou de cerca de 200.000 para 1,4 milhão, sendo os anos de 1968, 1970 e 1971 os que apresentaram as maiores taxas de crescimento. O setor que mais cresceu neste período foi o privado, embora seja importante considerar que o setor público também apresentou crescimento, mas não na mesma proporção. Para Cunha (1986), a LDB de 1961 representou a vitória da corrente privatista em detrimento da campanha por educação pública.

A Lei 5.540, de 11 de novembro de 1968, também conhecida como Reforma Universitária, conforme Durham (1993), produziu extensas e profundas mudanças na estruturação do sistema de educação superior no Brasil. Para Oliven (1990, p. 71), essas mudanças foram dirigidas mais especificamente para os estabelecimentos públicos de ensino.

O que motivou o comando político da época a promover a Reforma Universitária, segundo Romanelli (1989, p.205), foi a forte demanda social por educação, resultante de dois fatores: primeiro, a implantação da indústria de base, acelerada, sobretudo, na segunda metade da década de 1950, que criou uma quantidade significativa de novos empregos; segundo, a deterioração dos mecanismos tradicionais de ascensão da classe média.

Nos anos que se sucedem à Reforma Universitária de 1968, cresce significativamente o número de instituições de pequeno porte; são privadas e muitas delas têm suas origens em escolas secundárias. Para atender à demanda por curso superior, objetivando aumentar a oferta de vagas, foram criadas novas carreiras, sobretudo nas áreas sociais e em novas áreas profissionalizantes.<sup>8</sup> As instituições que expandiam o número de cursos estavam localizadas nas capitais, por outro lado, as instituições que estavam sendo criadas localizavam-se no interior, em cidades de médio porte e eram constituídas em torno de um curso superior.

É possível observar que o Estado, ao mesmo tempo em que normatiza o funcionamento da educação superior no País, autoriza a criação de novas instituições e novos cursos. Com isso, ele se desobriga do oferecimento da educação superior gratuito, pois, não

---

<sup>8</sup> Sobre novas carreiras e áreas profissionalizantes ver: Sampaio (2000, p. 60-1).

havendo vagas nas instituições públicas, os interessados em obter formação profissional superior vão buscar uma alternativa, que são as instituições privadas, confessionais e não confessionais, principalmente de formato empresarial, cujo crescimento é significativo. Cunha (1985) também considera que o CFE e o MEC adotam uma política privatizante de educação superior no País. Sustentado por um ideal de Estado insuficiente, o Governo, deliberadamente, transfere grande parte do atendimento da demanda por educação superior para o setor privado.

Nos anos de 1990, por conta do modelo social neoliberal, as políticas privatistas de formação profissional superior são intensificadas, adotando lógicas mercadológicas, que levavam ao sucateamento das universidades públicas, e tendo, por consequência direta, a diminuição da qualidade do ensino e da pesquisa.

Estas análises revelam que, na atualidade, temos um complexo desafio a ser superado no sentido de garantir, por meio das políticas públicas em movimento, dirigidas às melhorias sociais coletivas, como é a criação das novas universidades federais, o acesso de significativa parcela da população à formação profissional superior gratuita. A universidade viveu e vive um duplo desafio: de um lado, a sociedade, que exige da universidade a abertura de mais vagas e tem sobre elas expectativas muito grandes; e, de outro, o Estado que a regula e que deveria provê-la das condições necessárias ao atendimento dessas expectativas.

Considerando que a razão humana procura razões para a própria razão, e já tendo uma apreciação prévia do passado histórico da estruturação do sistema brasileiro de educação superior, nosso pensamento, agora, direciona-se para o futuro, tornando a temática ainda mais relevante. Nessa perspectiva, estruturamos as seguintes questões: Na atualidade, onde é desenvolvida a formação profissional superior? E qual é a finalidade dos conhecimentos?

Estes conhecimentos, conforme o Art. 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96, podem ser desenvolvidos em instituições de Educação Superior – IES

e têm por finalidade estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar e diplomar pessoas nas diferentes áreas do conhecimento, tornando-as aptas para a inserção em setores profissionais e para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, propiciando-lhes ainda formação continuada; incentivar o trabalho da pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e à criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento sobre o homem e o meio em que vive; promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação; suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a consequente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa



estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com ela relações de reciprocidade; promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Ao interpretarmos a legislação brasileira, LDB/96, Art. 45, sobre a educação superior, percebemos que o sistema se estrutura a partir de IES universitárias e não-universitárias que podem ser de caráter público ou privado. As organizações universitárias são denominadas de universidades, universidades especializadas e centros universitários. As organizações não-universitárias são chamadas de Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), Centros de Educação Tecnológica (CETs), Faculdades Integradas, Faculdades Isoladas e Institutos Superiores de Educação. As IES oferecem cursos de Graduação, Sequencial e Pós-Graduação. Os cursos de graduação podem ser de Bacharelado, de Licenciatura e de Tecnologia. Os cursos sequenciais podem ser de formação específica ou complementar. A Pós-Graduação divide-se em *Lato Sensu* (especialização) e *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado). No que concerne ao caráter público privado, são criadas entidades jurídicas mantenedoras de IES que podem ser chamadas de fundações, cooperativas, associações ou, simplesmente, hoje, empresas privadas. As entidades mantenedoras são públicas (autarquias), *primeiro setor*,<sup>9</sup> quando são criadas ou incorporadas, mantidas e/ou administradas pelo poder público federal, estadual e municipal, e são privadas quando são criadas, mantidas e/ou administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. As mantenedoras de direito privado dividem-se ou organizam-se entre instituições privadas com fins lucrativos ou privadas sem fins lucrativos. As privadas com fins lucrativos fazem parte do *segundo setor*, *são de caráter particular e empresarial*; e as privadas sem fins lucrativos, denominadas de instituições públicas não-estatais, *terceiro setor*, são de caráter comunitário, filantrópicas e, algumas, confessional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

<sup>9</sup> Nós aqui não entramos no debate sobre primeiro, segundo e terceiro setor. Para alguns esclarecimentos recomendamos Pegoraro (2008).

Hoje, independente da estruturação, universidade e não universidade, do caráter, público ou privado, e dos cursos, Graduação, Sequencial e Pós-Graduação, as IES trabalham com um bem que é público, o conhecimento, e são instituições da sociedade. Elas realizam e exprimem a sociedade de que fazem parte. “Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada” (Chauí, 2001).

Analisando esses aspectos delineados pela LDB, não é difícil de entender que a missão das IES é tarefa árdua, exigindo muita consciência e responsabilidade social na definição de políticas e nas ações decorrentes. Como interpretação nossa, a partir do que está consignado na LDB, poderíamos entender que a formação profissional superior, numa perspectiva filosófico-social, abarca duas questões fundamentais, uma, de cunho científico-tecnológico, que está relacionada às atividades práticas, e outra, científico-social, em que se encaixam, além de outras, as questões da ética e da sociologia, porém estes temas precisam estar mutuamente relacionados, não podendo ser excludentes.

Aprender a pensar, filosófica, ética e sociologicamente, ao nosso ver, é um dos grandes desafios do processo formativo em todos os seus níveis, mas assume especial significação quando da formação profissional superior, por se tratar de um grau que tem por finalidade desenvolver competências e habilidades profissionais exequíveis em contextos naturais e culturais.

Os profissionais formados nas universidades podem representar um papel significativo na construção de projetos sociais, sendo isso o resultado da contribuição da universidade para a sociedade. Esta formação pode representar algo muito maior do que a mera aquisição de conhecimentos e habilidades que preparam para o exercício de alguma profissão. Os diplomados pelas universidades precisam ocupar-se com a melhoria das nossas condições humanas em sociedade, traduzindo (SANTOS, 2004, p. 801) para a realidade social, por conta do trabalho dos mestres educadores, além da qualidade profissional, compromissos com a ética, com a cultura, com a estética e, enfim, com a melhoria da vida.

## REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Para além da lógica do mercado**: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BRASIL. Congresso Nacional. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - LEI 9394-96. Disponível em: <<http://www.etfce.br/Ensino/Cursos/Medio/Lei.htm>> Acesso em: 13 maio 2008.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.

\_\_\_\_\_. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CUNHA, Luiz A. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

CUNHA, Luiz A. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era de Vargas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

DURHAM, Eunice R. **O sistema federal de ensino superior: problemas e alternativas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 23, 1993.

EINSTEIN, Albert. **Como vejo o mundo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

FIORI, José Luís. **O vôo da coruja: Para ler o desenvolvimentismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os Moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREITAG, Barbara (Org.) **A universidade em destaque**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Universidade Salgado de Oliveira, 1998.

\_\_\_\_\_. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1980.

\_\_\_\_\_. **A teoria Crítica: ontem e hoje**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez editora, 1995.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Sociologia**. 4ª Ed., Porto Alegre: Artemed, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e interesse, com um novo prefácio**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

HOBSBAWM, Eric. **Socialismo fracassou, capitalismo quebrou: o que vem a seguir**. **Agência Carta Maior**. Disponível em:

<[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=15937](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15937)> Acesso em: 19 maio 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOROSINI, Marília Costa. **Enciclopédia de pedagogia universitária**: glossário vol. 2. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

OLIVEN, Arabela Campos. **A paroquialização do ensino superior**: classe média e sistema educacional no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1990.

\_\_\_\_\_. História da educação superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (Org.). **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002, p. 31 a 42.

PEGORARO, Ludimar. Instituições de educação superior e entidades mantenedoras: a Universidade do Contestado. In: **Roteiro**, UNOESC: Joaçaba, vol. 33, nº 1, jan/jun. 2008, ISSN 0104 4311. p. 25 – 49.

\_\_\_\_\_. O terceiro Setor e o ensino superior no Brasil: o sistema fundacional catarinense. In: PERONI, Vera Maria Vidal; BAZZO, Vera Maria; PEGORARO, Ludimar. **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal**: entre o público e o privado. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 179 - 215.

\_\_\_\_\_. **Terceiro setor e a educação superior no Brasil**: compromisso social das fundações em Santa Catarina, o caso Universidade do Contestado. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

RIOS, Terezinha A. **Compreender e ensinar**: por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

ROMANELLI, Otaísa de O. **História da educação brasileira**. (1930/1973). Petrópolis: Vozes, 1989.

SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-Neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SADER, Emir. **A vingança da história**. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

SAMPAIO, Helena. **O ensino superior no Brasil**: o setor privado. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: \_\_\_\_\_. **Conhecimento prudente para uma vida decente**: ‘um discurso sobre as ciências’ revisitado. São Paulo: Cortez, 2004. p. 777-821.

\_\_\_\_\_. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **A globalização e as Ciências Sociais**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Universidade no Século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

SAVIANI, Demerval. **Sistema de Educação: Subsídios para a conferência nacional de educação**. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/conae/images/stories/pdf/conae\\_dermevalsaviani.pdf](http://portal.mec.gov.br/conae/images/stories/pdf/conae_dermevalsaviani.pdf)> Acesso em: 02 jun. 2009.

TODOROV, Tzvetan. **A nova desordem mundial**. Lisboa, PT: ASA, 2003.